



Número: **0800703-43.2019.8.15.0581**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Rio Tinto**

Última distribuição : **05/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANDRE LEANDRO PESSOA (AUTOR)		JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23235031	05/08/2019 13:45	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
23235033	05/08/2019 13:45	<a href="#">SCAN_20190804_112453164</a>	Outros Documentos
24028325	16/09/2019 12:02	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
29799105	13/04/2020 13:40	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
31660261	18/06/2020 08:27	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
31722525	10/07/2020 08:19	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
33610904	26/08/2020 08:44	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
33610907	26/08/2020 08:44	<a href="#">0800703432019</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
33610924	26/08/2020 08:46	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
35143234	06/10/2020 09:55	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
35150354	25/10/2020 22:53	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
36633849	13/11/2020 12:05	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA DA COMARCA DE RIO TINTO/PB**

**ANDRE LEANDRO PESSOA, CPF nº 049.802.654 - 05, Brasileiro, Solteiro, Residente e Domiciliado(a) na Rua Joao Vicente da cruz, nº 425, Centro, Rio Tinto/PB**, por sua bastante procuradora e advogada “in fine” assinada, legalmente constituído na forma definida pela procuração Adjudica, em anexo. Onde recebe citações e intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através do Procedimento Sumário, art. 275, do Código de Processo Civil, e com fulcro na Lei nº 6.194/74, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO NEGADO ADMINISTRATIVO – DPVAT**

Em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

Requer à V. Exª. Seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com às custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

**DOS FATOS**

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em **27/03/2019, Mamanguape/PB**, sofrendo lesões corporais, conforme Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia Civil.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor, tais como: **Traumatismo, conforme laudo médico acostado a exordial.**

**DO DIREITO**



O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

*“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I” nestes termos:*

*Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.*

*Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;*

*Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.*

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - INDENIZAÇÃO POR MORTE - BOLETIM DE OCORRÊNCIA - IRRELEVÂNCIA - JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO - ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO A QUO - EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 - MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIÇÃO INFLACIONÁRIA - RECURSO DESPROVIDO.**([TJPR - 8771997 PR 877199-7 \(Acórdão\) TJPR](#)).

**EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS.** ( [TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000](#)).



É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

**EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA.** *Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).*

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 5º.** O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

-

-

#### **DO PEDIDO**

Diante do exposto, seguindo a causa pelo rito sumário, em face da regra cogente do art. [275, II, e](#), do [CPC](#), **REQUER-SE:**



A citação do requerido, para que compareça à audiência previamente designada, (artigo 277-CPC), apresentando defesa caso queira, sob pena de revelia, prosseguindo-se nos ulteriores termos de Direito, para no final ser a ação julgada procedente com a condenação do requerido ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas processuais e honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais.

Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser o requerente de pessoa pobre nos termos da Lei nº. 1060/50.

Protesta provar o alegado através de todos os meios de prova em Direito admitido, especialmente pelos documentos inclusos, e prova testemunhal.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede e Espera DEFERIMENTO.

**Sapé/PB, 24 de Junho 2019.**

JOSEANE FELICIANO- OAB13030/PB



## PROCURAÇÃO "AD-JUDÍCIA ET EXTRA"

Outorgante: André Leonardo Pessoa  
nacionalidade: brasileira, profissão autônomo,  
estado civil: solteiro, CPF nº 049.802.654-05, carteira  
de identidade nº 2764404 endereço: R. São Vicente do Cruz,  
425, Centro  
Cidade: Rio Tinto, Estado: Paraíba.

**OUTORGADA:** A advogada JOSEANE FELICIANO, OAB/PB 13.030, com endereço profissional na Av. Camilo de Holanda, 475, Sala 102, Centro, João Pessoa, Paraíba.

**PODERES:** Amplos e ilimitados para o foro em geral, com cláusula "ad-judícia et extra", na instância administrativa e/ou judicial, podendo propor contra quem de direito, a competente ação, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para requerer e receber laudos e prontuários junto ao Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena e/ou Trauminha transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em Juízo ou fora dele. A parte Outorgante ainda será fixado 30% (trinta por cento) do valor a ser recebido do Seguro DPVAT a título de honorários advocatícios dando tudo por bom, firme e valioso.

Rio Tinto /PB, 20 de maio de 2019.

ANDRÉ LEONARDO PESSOA  
OUTORGANTE





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA

## LAUDO MÉDICO

**OBS: DADOS EXTRAÍDOS DO BE nº 1152195**

**PACIENTE: ANDRÉ LEANDRO PESSOA**

**DATA DE NASCIMENTO: 08.10.80**

**Data e Hora do Atendimento: 27.03.19**

**Horário: 22:50h**

**MOTIVO(S) DO ATENDIMENTO:** Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta apresentando ferimento corto-contuso extenso na região occipital, escoriações nos mmss, dor no ombro direito, Glasgow 15. Atendido pelo Dr. Azif Davi Lemos CRM 8187, Dr. Ricardo Rodrigues Carvalho CRM 6628, Dr. Thiago Farias Freitas CRM 10.345, Dr. Walter Luiz B. Alves CRM 3359.

**DIAGNÓSTICO INICIAL: TRAUMATISMO NÃO ESPECIFICADO CID 10 T 14 9**

**RESUMO DOS PRINCIPAIS EXAMES E PROCEDIMENTO(S) REALIZADO(S):**  
Primeiro atendimento, avaliação da cirurgia geral, avaliação da neurocirurgia, Tomografia computadorizada de crânio, Rx de Tórax AP e Perfil, Ultrassonografia e tratamento clínico conservador.

**ALTA HOSPITALAR: Em 28.03.19 às 11:58h.**

**Data da Emissão: 27.06.19**

DR. GLENDER TERCIO TRINDADE  
AUDITOR CVB HETSHL  
CRM - 3920

Dr. Glender Tércio G. G. da Trindade  
Médico Auditor - HETSHL  
Mat. 29.031-9/ CRM- 3920

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar  
Para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO  
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.



RAIMUNDO ALVES PESSOA  
RUA JOAO VICENTE DA CRUZ, 175 - CENTRO  
RIO TÁPIA/PB CEP: 58287000 (AG. 14)



Ligação: MONOFÁSICO  
Cis/Sbc: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL  
Roteiro: 8 - 256 - 705 - 4960  
Medidor: 00008137695  
Referência: Abr / 2019  
Emissão: 12/04/2019

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
8/230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680  
CNPJ 09.095.193/0001-40 Insc. Est. 18045823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 023.291.207  
Cód. para Dto. Automático: 00005009595

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196  
Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF / CNPJ / RANI
Abr / 2019	12/04/2019	14/05/2019	288.391.454-00

UC (Unidade Consumidora): 5/580959-5

#### Canal de contato

Se conecta os nossos perfis nas redes sociais? Siga a gente no Facebook, Twitter, Instagram, LinkedIn e YouTube para acompanhar as nossas novidades, como dicas de economia e segurança, orientações sobre serviços, informações sobre investimentos, oportunidades de trabalho e muito mais!

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 14/03/19	Leitura 4573	Data 12/04/19	Leitura 4782	
Demonstrativo				
CCL Distribuição				
Quantidade (Tela) Valor Base Calc. Atual (R\$) Base Calc. (R\$) Diferença (R\$)				
Tributos Totais (R\$) ICMS (R\$) ICMS Per Colado (R\$) (1/2045%) (1/2045%)				
0001 Consumo em kWh	109.000-0,854400	161,49	161,49	27
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0007 CONTRIBUIÇÃO PÚBLICA		11,01	0,00	0
0004 JUROS DE MORA 03/2019		-0,52	0,00	0
0005 MULTA 03/2019		2,63	0,00	0
0005 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 03/2019		0,58	0,00	0

CCL Código de Classificação do Item: TOTAL 176,57 161,49 42,58 161,49 1,75 9,08  
Tarifa s/ Tributos: 0,571770

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
160	22/04/2019	R\$ 176,57

Histórico de Consumo (kWh)											
234	165	135	172	169	130	123	173	223	225	175	169
Abr/18	May/18	Jun/18	Jul/18	Agô/18	Sep/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19

RESERVADO AO FISCO  
741b.2b00.60eb.44d4.6240.38f8.3211.37c8

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A

09 JUL. 2019

Indicadores de Qualidade			
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de tensão (V)	
DIOMENSAL	0,15	NOMINAL	220
DIC TRIMESTRAL	12,30		
DIC ANUAL	24,90	CENTRADA	202
FIDUCIAL	3,55		
FID TRIMESTRAL	7,10	LIMITE SUPERIOR	231
FID ANUAL	14,20		
DMC	3,83		
DICV	12,22		

Composição do Consumo		
Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia PB	36,34	20,57
Conta de Energia	64,70	36,63
Serviço de Transmissão	5,97	3,38
Encargos Saneamento	8,07	4,57
Impostos Dist. e Encargos	36,49	20,66
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	176,57	100,00

Valor do BURE (Ref 21/2019) R\$ 52,90

#### ATENÇÃO

AVISO: Permanência em atraso de DÉBITOS ANTERIORES, afeta a suspensão do fornecimento de energia elétrica a qualquer momento até a quitação no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da última fatura em atraso e não paga. Abrir Verde: #ConsegueAjudarSuaTrabalho

#### Faturas em atraso

Dez/18 57,19

PROTOCOLO  
JOÃO PESSOA



VALE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2764404 DATA DE EXPEDIÇÃO 18 MAI 2000

NOME ANDRÉ LEANDRO PESSOA

FILIAÇÃO Raimundo Alves Pessoa  
Maria José Leandro Pessoa

NATURALIDADE Mananguape-PB. DATA DE NASCIMENTO 08.10.1980

DOC ORIGEM Cert.de Nasc.Nº7961.Fls.244V.Liv.- A-07.

CPF João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA D.I.P.110

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

André Leandro Pessoa  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CÓDIGO DE CONTROLE  
4DB8.CC2F.DEAE.2058

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço  
[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 12:18:20 do dia 24/11/2014 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00

MINISTÉRIO DA FAZENDA

 Receita Federal  
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
049.802.654-05

Nome  
ANDRÉ LEANDRO PESSOA

Nascimento  
08/10/1980

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A

09 JUL. 2019

PROTOCOLADO  
AG. JOÃO PESSOA

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A

09 JUL. 2019

PROTOCOLADO  
AG. JOÃO PESSOA



15/07/2019

Ficha de ocorrência - PC2019 0328 1246 00004



# POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

Registro nº: PC2019.0328.1246 00004

Coordenador: 1º TEN 526618 ARMANDO DE ARAUJO PAIVA NETO

Operador: CB 521474 RUBERLINS ARAUJO DE OLIVEIRA

Telefonista: CB 521474 RUBERLINS ARAUJO DE OLIVEIRA

Documento Gerado em

15/07/2019 16:11:06

CPF do Usuário: 07056102417

IP do Usuário: 179.236.23.28

<https://intranet.pm.pb.gov.br>

Número do Registro-PM: A.1.1.

PC2019.0328.1246 00004

Data/Hora do registro: A.1.2/A.1.3.

28/03/2019 10:53

OPM: A.1.4.

2ª CIPM

Histórico do Chamado: PM.1.1.

A GUARNIÇÃO DA VTR 7502 COMPOSTA PELO SGT LISBOA E O CB MATIAS, FOI SOLICITADA PELO COPOM DA 2ª CIPM PARA AVERIGUAR A INFORMAÇÃO DE QUE TERIA OCORRIDO UM ACIDENTE DE TRÂNSITO NA RUA TEODÓSIO BARBOSA DA CUNHA, PRÓXIMO A CASA DA TAPIOCA.

Logradouro: A.1.4.

MAMANGUAPE, PARAÍBA

Nº: A.1.4

Complemento: A.1.5.

Ponto de Referência: PM.1.2.

CASA DA TAPIOCA

Localidade: PM.2.0

CENTRO

Bairro: A.1.6.

Município: A.1.7.

MAMANGUAPE

Solicitante: PM.2.2

COPOM - 2ª CIPM

Motivo do Chamado: A.1.6.

Queda de moto - Com  
vítima não fatal

Data/Hora do fato: A.1.5/A.1.3.

27/03/2019 13:30

Origem do Registro: A.1.2.

190

Finalização (Operador de Rádio)

Histórico Final:

A GUARNIÇÃO FOI AO LOCAL E CONSTATOU A VERACIDADE DOS FATOS, SEGUNDO INFORMAÇÕES DE POPULARES, A VITIMA CONDUZIA A MOTOCICLETA SEM USAR O CAPACETE, QUANDO VEIO A PERDER O CONTROLE E CAIU BATENDO COM A CABEÇA NO MEIO FIO SOFRENDO FERIMENTO GRAVE NA CABEÇA. A EQUIPE DO SAMU FOI ACIONADA, SOCORREU A VÍTIMA PARA HOSPITAL DE TRAUMAS EM JOÃO PESSOA.

Natureza Final: A.1.6.

Queda de moto - Com vítima não fatal

Situação de Crime: A.1.7.1.

Nao Criminal

Tipo de Local: A.1.2.1.

Via/local de acesso público (rua, av,  
etc)

Finalização da Ocorrência: A.1.2.4.

Solucionada no local

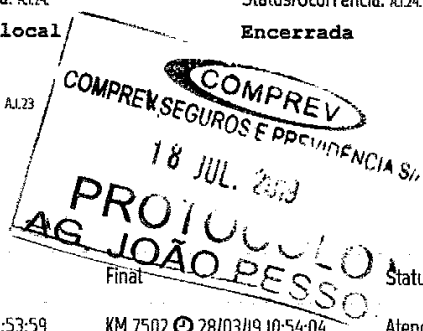
Status/Ocorrência: A.1.2.4.

Encerrada

D.P.: A.1.2.2.

\*\*\* Não informada \*\*\*

Nº BO-PC: A.1.2.3



Viaturas Despachadas

#	Prefixo	Despacho	Local	Final	Status
I	PM 7502 GOL (QSD7039)	KM 7502 @ 28/03/19 10:53:51	KM 7502 @ 28/03/19 10:53:59	KM 7502 @ 28/03/19 10:54:04	Atendimento

Envolvidos na Ocorrência

#	Tipo	Nome	Idade	Situação	Destino Final
I	Condutor do veículo	ANDRÉ LEANDRO PESSOA	38 anos	Ferido com escoriações	Atendimento SAMU/Hospital

[https://intranet.pm.pb.gov.br/index\\_sistema.html](https://intranet.pm.pb.gov.br/index_sistema.html)


1/2



Assinado eletronicamente por: JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO - 05/08/2019 13:45:28  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080513452784800000022527659>  
 Número do documento: 19080513452784800000022527659

Num. 23235033 - Pág. 5

## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT

### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0232181/19

Número do Sinistro: 3190419959

Vítima: ANDRE LEANDRO PESSOA

CPF: 049.802.654-05

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 27/03/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: ANDRE LEANDRO PESSOA

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de cancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 18/07/2019  
Nome: JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO  
CPF: 036.219.034-88

JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 18/07/2019  
Nome: NATALIA SOARES ALVES DA SILVA  
CPF: 105.999.304-03

  
NATALIA SOARES ALVES DA SILVA





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Rio Tinto**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800703-43.2019.8.15.0581

**DESPACHO**

Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para emendar a exordial no prazo de 15 dias, retificando o pedido de gratuidade judiciária de acordo com a Lei nº 13.105/2015, bem como para juntar a guia de custas processuais, ainda que haja o requerimento de gratuidade processual, conforme estabelece a Portaria Conjunta nº 02/2018 do TJPB, em seu art. 1º, § 3º, sob pena de indeferimento da gratuidade requerida.

Rio Tinto, 02 de setembro de 2019.

Judson Kíldere Nascimento Faheina

**JUIZ DE DIREITO**





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE RIO TINTO

**Processo nº: 0800703-43.2019.8.15.0581**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: ANDRE LEANDRO PESSOA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **EXPEDIENTE**

INTIMAR a parte autora do(a) despacho/decisão/sentença ID número 24028325.



Rio Tinto, 13 de abril de 2020.

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)





Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Rio Tinto

Rua Tenente José de França, S/N, Centro, RIO TINTO - PB - CEP: 58297-000

---

**Número do Processo: 0800703-43.2019.8.15.0581**  
**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**Assunto: [Acidente de Trânsito]**  
**Polo ativo: AUTOR: ANDRE LEANDRO PESSOA**  
**Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé decorreu o prazo da intimação ID nº 29799105, sem manifestação nestes autos.

RIO TINTO, 18 de junho de 2020  
MARIA DO SOCORRO DE ARAÚJO SOUSA E SILVA





**Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Rio Tinto**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800703-43.2019.8.15.0581

**DESPACHO**

Tendo em vista que apesar de a parte demandante ter sido intimada para cumprir o despacho retro, escoado o prazo legal, restou constatado o não cumprimento da determinação judicial, não tendo juntado a guia de custas processuais, conforme prevê a Portaria Conjunta nº 02/2018 do TJPB, motivo pelo qual o pedido de concessão de gratuidade judiciária não pode ser deferido.

Sendo assim, indefiro o pedido de concessão da gratuidade judiciária e determino que os autos retornem à Distribuição a fim de que sejam calculadas as custas processuais.

Após, intime-se a parte demandante, através de seu procurador, para efetuar o pagamento das custas processuais no prazo de 15 dias sob pena de cancelamento da distribuição.

Rio Tinto, 19 de junho de 2020.

Judson Kíldere Nascimento Faheina

**JUIZ DE DIREITO**





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**Vara Única de Rio Tinto**

---

PROCESSO Nº 0800703-43.2019.8.15.0581

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Acidente de Trânsito]

AUTOR: ANDRE LEANDRO PESSOA  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**



Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.


Vara Única de Rio Tinto-Pb, 26 de agosto de 2020.



**JAILZA HORTENCIO DA SILVA**

Chefe de Cartório



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 058.2.20.00413/01
			<b>Data de emissão:</b> 26/08/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0800703-43.2019.815.0581	<b>Comarca:</b> Rio Tinto	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/08/2020
<b>Número da</b> 058.2020.600413 <b>Tipo da</b> Custas Iniciais			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovente</b> ANDRE LEANDRO PESSOA  <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO  <b>Valor da causa:</b> R\$ 13.500,00			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Valor total:</b> R\$ 1.239,45
866400000125 394509283187 520200831052 822000413010 			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 1.239,45

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 058.2.20.00413/01
			<b>Data de emissão:</b> 26/08/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0800703-43.2019.815.0581	<b>Comarca:</b> Rio Tinto	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/08/2020
<b>Número da</b> 058.2020.600413 <b>Tipo de</b> Custas Iniciais			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Promovente</b> ANDRE LEANDRO PESSOA <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  <b>Valor da causa:</b> R\$ 13.500,00			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.239,45
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 1.239,45

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 058.2.20.00413/01
			<b>Data de emissão:</b> 26/08/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0800703-43.2019.815.0581	<b>Comarca:</b> Rio Tinto	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/08/2020
<b>Número da</b> 058.2020.600413 <b>Tipo de</b> Custas Iniciais			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovente</b> ANDRE LEANDRO PESSOA <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO  <b>Valor da causa:</b> R\$ 13.500,00			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Valor total:</b> R\$ 1.239,45
866400000125 394509283187 520200831052 822000413010 			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 1.239,45





**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**COMARCA DE RIO TINTO**

**Rua Tenente José de França, s/n – Centro – CEP: 58297-000 -Rio Tinto- PB. Fone: (83) 3291-1881 - E-mail: rio-vuni@tjpb.jus.br**

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO DAS PARTES PARA CIÊNCIA DE DESPACHO**

Rio Tinto, 26 de agosto de 2020

**Processo nº: 0800703-43.2019.8.15.0581**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

[Acidente de Trânsito]

**AUTOR: ANDRE LEANDRO PESSOA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**



De ordem do MM. Juiz de Direito desta comarca, **ficam as partes, através de seu(s) advogado(s) cadastrado(s) no PJE, INTIMADAS do teor do DESPACHO (ID número 31722525)** proferido nos autos da presente ação.

**Fica(m) a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDO(S)** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

Atenciosamente,

JAILZA HORTENCIO DA SILVA

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)





Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Rio Tinto

Rua Tenente José de França, S/N, Centro, RIO TINTO - PB - CEP: 58297-000

---

**Número do Processo: 0800703-43.2019.8.15.0581**  
**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**Assunto: [Acidente de Trânsito]**  
**Polo ativo: AUTOR: ANDRÉ LEANDRO PESSOA**  
**Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que decorreu o prazo da intimação ID nº 33610924, sem manifestação nestes autos.

RIO TINTO, 6 de outubro de 2020  
MARIA DO SOCORRO DE ARAÚJO SOUSA E SILVA





**Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Rio Tinto**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800703-43.2019.8.15.0581

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: ANDRE LEANDRO PESSOA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**SENTENÇA**

**EMENTA:** AÇÃO DE EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA PARA RECOLHER AS CUSTAS PROCESSUAIS. NÃO CUMPRIMENTO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso no prazo de quinze dias.

VISTOS E EXAMINADOS OS AUTOS.

ANDRÉ LEANDRO PESSOA, qualificado nos autos, ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO NEGADO ADMINISTRATIVO – DPVAT em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, igualmente qualificado.

Juntou documentos.

Intimado para comprovar o recolhimento das custas processuais, a parte autora não atendeu a determinação.

Vieram-me os autos conclusos para os fins de direito.

**É O RELATÓRIO. DECIDO.**

Estabelece o Código de Processo Civil:

Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.

Conforme consta nos autos, a parte autora foi intimada para recolher as custas processuais, mas não cumpriu o determinado, ensejando, desta forma, o cancelamento da distribuição.



A intimação se deu em 26 de agosto, tendo escoado o prazo de quinze dias estabelecido por lei.

Ante o exposto, sem maiores delongas, com fulcro nos princípios de direito aplicáveis à espécie, determino o cancelamento da distribuição do feito, com fulcro nos arts. 290 do CPC e conseqüentemente, JULGO EXTINTO O FEITO SEM APRECIACÃO DO MÉRITO, com fulcro no art. 485, III e X, do CPC.

Sem custas.

Com o trânsito em julgado, certifique-se, arquivando-se com baixa na distribuição.

Rio Tinto, 14 de outubro de 2020.

Judson Kíldere Nascimento Faheina

JUIZ DE DIREITO





**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**COMARCA DE RIO TINTO**

**Rua Tenente José de França, s/n – Centro – CEP; 58297-000 -Rio Tinto- PB. Fone: (83) 3291-1881 - E-mail:  
rio-vuni@tjpb.jus.br**

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO DA PARTE DEMANDADA PARA CIÊNCIA DE SENTENÇA**

Rio Tinto, 13 de novembro de 2020

**Processo nº: 0800703-43.2019.8.15.0581**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: ANDRE LEANDRO PESSOA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.



De ordem do MM. Juiz de Direito desta comarca, **fica a parte DEMANDADA, através de seu(s) advogado(s) cadastrado(s) no PJE, INTIMADA do teor da SENTENÇA (ID número 35150354)**, proferida nos autos da presente ação, a qual foi devidamente publicada e registrada no sistema PJE.

**Fica(m) a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDO(S)** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

Atenciosamente,

MARIA DO SOCORRO DE ARAÚJO SOUSA E SILVA

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)

